INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O
EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Owl
Auditores
Independentes S/S

IEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes	3 a 5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Quadro 1 – Balanço patrimonial	6
Quadro 2 – Demonstração do resultado do período	7
Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa	9
Quadro 5 – Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11 a 47

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria Executiva do
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 – R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20 de setembro de 2018, foi emitido sem opinião modificada.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 – R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 4 de julho de 2019.

Owl

Auditores Independentes S/S
CRC/DF 002803/O-1

Josias de Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

		Em milhares de Reais	
ATIVO	**Nota**	**2018**	**2017**
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	**5**		
Disponibilidades com restrição		9.031	4.705
Disponibilidades sem restrição		468	283
Créditos diversos		173	129
		9.672	5.117
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3	3
Imobilizado com restrição	**6b**	22	23
(-) Redutora de bens de projeto		(22)	(22)
Imobilizado sem restrição	**6a**	97	145
Intangível	**6c**	-	-
		100	149
TOTAL DO ATIVO		**9.772**	**5.266**
PASSIVO		**2018**	**2017**
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	**7a**	323	242
Contas a pagar	**7b**	575	53
Adiantamentos de doadores	**7c**	8.820	4.735
		9.718	5.030
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**		
Patrimônio social	**8a**	236	583
Ajustes de exercícios anteriores		2	-
Superávit (déficit) do período	**8b**	(184)	(347)
		54	236
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.772**	**5.266**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇãO DO RESULTADO DO PERÍODO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

Em milhares de Reais

	Nota	2018	2017
Com Restrição			
Recursos de projetos	**9**	20.984	12.633
Rendimentos de aplicação financeira		375	164
		21.359	**12.797**
Sem Restrição			
Recursos de overhead		-	125
Recursos de projetos		136	-
Receitas de prestação de Serviços		289	193
Fundo de publicações		32	65
Receitas financeiras		4	8
Outras receitas		279	40
		740	**431**
Total de receitas		**22.099**	**13.228**
Custos e despesas operacionais			
Com programas (atividades)			
Salários e benefícios	**10.1**	(4.768)	(4.245)
Consultorias e serviços	**10.2**	(439)	(339)
Despesas com viagens	**10.3**	(3.321)	(3.182)
Despesas com programas	**10.4**	(12.174)	(4.352)
Despesas com ocupação		(241)	(204)
Despesas com utilidades e serviços		(185)	(215)
Despesas administrativas		(167)	(153)
Despesas financerias		(64)	(78)
		(21.359)	**(12.768)**
Despesas operacionais			
Administrativas			
Salários e benefícios	**11.1**	(453)	(386)
Consultorias e serviços		(158)	(198)
Despesas com viagens		(139)	(9)
Despesas com ocupação		(8)	(17)
Despesas com utilidades e serviços		(17)	(12)
Despesas administrativas		(72)	(106)
Despesas financerias		(27)	(14)
Depreciação e amortização		(50)	(65)
		(924)	**(807)**
Superávit (déficit) do exercício		**(184)**	**(347)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	**1.141**	**(558)**	**583**
Incorporação ao patrimônio social	(558)	558	-
Ajustes do exercício	-	-	-
Déficit do exercício	-	(347)	(347)
Saldos em 31/12/2017	**583**	**(347)**	**236**
Incorporação ao patrimônio social	(347)	347	-
Ajustes do exercício	2	-	2
Superávit do exercício	-	(184)	(184)
Saldos em 31/12/2018	**238**	**(184)**	**54**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

Em milhares de Reais

	2018	2017
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	(184)	(347)
(+) Depreciação/amortização do período	50	65
(+) Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	2	(0)
	(132)	(282)
Variação de ativos e passivos		
Redução/Aumento das contas a receber	(44)	(63)
Redução/Aumento das contas a pagar	4.688	2.352
	4.644	2.289
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.512**	**2.007**
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado	(1)	(5)
Adições ao intagível	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(1)**	**(5)**
III - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	**4.511**	**2.002**
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	4.988	2.986
Final do exercício	9.499	4.988
V- REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	**4.511**	**2.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

	2018	2017
I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
1- Receitas	**21.720**	**13.219**
1.1. Doações recebidas	21.120	12.921
1.2. Outras receitas	600	298
2- Insumos Adquiridos de Terceiros	**19.461**	**11.120**
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	19.461	11.120
3- Valor Adicionado Bruto (1-2)	**2.259**	**2.099**
4- Depreciação e Amortização	**50**	**65**
4.1. Depreciação e amortização	50	65
5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**2.209**	**2.034**
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	**380**	**8**
6.1. Receitas financeiras	380	8
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**2.589**	**2.043**
II - VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	**2.589**	**2.043**
III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8- Distribuição do Valor Adicionado		
8.1. Pessoal	**2.067**	**1.755**
8.1.1. Remuneração direta	1.417	1.290
8.1.2. Benefícios	442	308
8.1.3. FGTS	155	103
8.1.4. Indenizações trabalhistas	53	55
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	**398**	**323**
8.2.1. Previdência Social	351	303
8.2.2. PIS	14	20
8.2.3. Impostos e Taxas Municipais	33	
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	**308**	**312**
8.3.1. Juros, Despesas bancárias e multas	58	91
8.3.2. Aluguel	250	221
8.4. Déficit (Superávit) do Exercício	**(184)**	**(347)**
IV - TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**2.589**	**2.043**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais e através de capacitação, treinamentos, disseminação de conhecimentos o IEB tem ajudado na formação de toda uma geração de pessoas. Estes treinamentos são feitos em áreas como conservação ambiental e gestão territorial, agricultura familiar, economia ambiental, direitos ambientais e fundiários, manejo dos recursos naturais e sustentabilidade, desenvolvimento humano e social, produção e difusão do conhecimento, e capacitação para populações tradicionais e indígenas.

A atuação do IEB é ampla, abarcando todo o território nacional, em seus diversos biomas, destacando-se como público beneficiário as comunidades locais em seus diversos modos de vida: ribeirinhos, extrativistas, assentados da reforma agrária e povos indígenas, e também técnicos, gestores, pesquisadores e estudantes da área socioambiental, dos setores privado, público e do terceiro setor.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e de sua governabilidade; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar esses riscos através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação que tiveram implementação em 2018 ou estavam aprovados na data de 31 de dezembro de 2018 são:

a) Albrás - Apoio às atividades desenvolvidas pelo FIB – Fórum Intersetorial de Barcarena;

O Fórum Intersetorial é uma ação no âmbito do projeto Fortalecimento Institucional de Barcarena, que visa a criação de um espaço público de forma que favoreça, de maneira permanente, a discussão entre a sociedade civil, empresas e o Estado sobre os problemas estruturantes do município. A proposta é tornar os debates dos desafios locais acessíveis às comunidades, tirando-os do âmbito exclusivo das empresas e das instituições de Estado, ou mesmo de grupos restritos da sociedade civil. O projeto é financiado pela Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) e recebe esse aporte da Albrás no sentido de fortalecer ações ligadas à secretaria executiva do Fórum.

O contrato assinado com a Albrás em 13 de outubro de 2014, estabelece o início do projeto em outubro de 2014 e prazo final estimado para dezembro de 2017, no valor total de R$ 60 mil e em 2018 o projeto AIN fez o último desembolso no valor de R$ 2.192 mil.

Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

Ano	Valor - R$ mil
2014	7
2015	39
2016	9
2017	5
2018	2
Total	**62**

b) CEF - Projeto Embarca Marajó;

O projeto Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável no Marajó, objetiva implementar ações socioeconômicas e ambientais, visando o desenvolvimento local sustentável do território marajoara, integrado à políticas públicas, especialmente nos municípios onde trafega a Agência-Barco Ilha do Marajó: Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. O projeto é executado por meio de um Consórcio com o Instituto Vitória Régia e o Instituto Peabiru, tendo como parceiros locais a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (Codetem). O projeto é financiado pelo Fundo Socioambiental Caixa Econômica Federal (Fundo Socioambiental CEF).

O acordo de cooperação financeira assinado em 03 de novembro de 2014, estabelece o início do projeto em novembro de 2014 com prazo de execução de 30 meses, no montante de R$ 2.999 mil, cujo prazo final de execução será em março de 2017.

Este projeto não teve execução em 2018 e os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

Ano	Valor - R$ mil
2014	617
2015	866
2016	1.149
2017	298
Total	**2.930**

c) MOORE Contrato 2078.02 - Projeto Conservação do Mosaico Madeira (cerca de 7 milhões de hectares), desenvolvendo um plano de ação participativa e integrada de suas áreas protegidas;

Promover a gestão territorial e ambiental integrada através da criação de um plano de ação integrada entre as áreas de conservação e terras indígenas no mosaico ao longo da rodovia BR 319 (Rios Purus e Madeira). Para produzir informação técnica, processual e financeira para a consolidação de uma proposta para o reconhecimento oficial da área protegida mosaico nas regiões Purus e Madeira.

As atividades do projeto iniciaram em junho de 2015 e foram finalizadas em maio de 2017 e o contrato foi assinado no montante de R$ 2.720 mil e foram desembolsados, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2015	1.045
2016	1.442
2017	233
Total	**2.720**

d) MOORE Contrato 2078.03 (extensão de 18 meses) - Conservação do Mosaico Madeira (cerca de 7 milhões de hectares), desenvolvendo um plano de ação participativa e integrada de suas áreas protegidas

Em julho 2017 a Fundação Moore aprovou a extensão do projeto para um período de 18 meses, entre julho 2017 e dezembro 2018 para promover plano de manejo integrado do mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Sul do Amazonas, com MMA e Funai, para que organizações locais e órgãos gestores de Tis e UCs fiquem sensibilizados, informados e tenham participação ativa do debate público sobre os impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura e de seu papel no processo de licenciamento dos empreendimentos. As atividades do projeto iniciaram em julho de 2017 com previsão de término em dezembro de 2018.

A implementação referente ao ano de 2017, esteve no patamar de R$ 670 mil no ano 2018 e R$ 1.682 mil. Em dezembro 2018 foi aprovado extensão sem custo até junho 2019.

O contrato foi assinado no montante de R$ 2.697.mil e foram desembolsados, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2017	1.599
2018	1.098
Total	**2.697**

Os recursos implementados em 2018 estão apresentados no quadro abaixo:

Descrição	Valor – R$ mil
Equipe	537
Consultorias	82
Pequenos Apoios	61
Custos diretos	870
Equipamentos	7
Custo Indireto	125
Total	**1.682**

e) CLUA (aditivo2) - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Pará;

O projeto tem como objetivo, fortalecer a capacidade local de líderes e organizações comunitárias para implementar planos de gestão em terras comunitárias críticas na Amazônia. O projeto visa desenvolver um observatório florestal comunitário para monitorar políticas, capacidade e acordos comerciais com comunidades do Estado do Pará e suas atividades iniciaram em dezembro de 2016 e finalizadas em outubro de 2017.

O contrato foi assinado no montante de R$ 321 mil e foram desembolsados, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor – R$ mil
Equipe	153
Consultoria e Serviços	40
Viagens e Seminários	78
Custos Diretos	6
Custos Indiretos	44
Total	**321**

f) CLUA (aditivo3) - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Pará;

O projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade local de líderes e organizações comunitárias para implementar planos de gestão em terras comunitárias críticas na Amazônia. Visa desenvolver um observatório florestal comunitário para monitorar políticas, capacidade e acordos comerciais com comunidades do Estado do Pará.

O contrato foi assinado no montante de R$ 899 mil. O projeto teve novo aditivo em maio de 2018 com previsão de encerramento em agosto de 2019 e sua implementação ocorreu, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor – R$ mil
Equipe	147
Consultoria e Serviços	32
Viagens e Seminários	97
Custos Diretos	8
Custos Indiretos	85
Total	**369**

g) PORTICUS 2 Contrato 151256 - Fortalecimento da educação do Campo no Amapá como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na Amazônia;

O projeto tem como objetivo proporcionar a garantia de requisitos básicos do ponto de vista da vida administrativa das entidades mantenedoras das EFAS e da RAEFAP, ação estratégica para viabilizar o acesso aos recursos públicos da educação e de outras fontes doadoras, afim de assegurar a sustentabilidade do conjunto, seja, apoiar a gestão administrativa, financeira e contábil do conjunto EFAS/RAEFAP, de modo a assegurar sua regularidade legal e fiscal. Bem como dinamizar processos internos as EFAs para consolidação de uma visão de futuro com vistas a sua sustentabilidade técnica, financeira e política e suas atividades iniciaram em novembro de 2016 e finalizadas em novembro de 2017.

O contrato foi assinado no montante de R$ 594 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2016	594
Total	**594**

h) PORTICUS 3 - Contrato 160821 - Fortalecimento da Educação do Campo no Amapá como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na Amazônia;

O projeto é desenvolvido pelo IEB em parceria com a Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (RAEFAP) e 04 Escolas Famílias (EFAs) no Estado do Amapá, tem como

objetivo contribuir para que as EFAs se apropriem de uma visão estratégica na qual exerçam um protagonismo frente aos processos locais de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento da educação do campo. Tem como público beneficiário cerca de 920 agricultores e agricultoras familiares relacionados à Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP), Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (EFAPEN), Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM) e Escola Família Agroextrativista de Carvão (EFAC), moradores dos municípios de Macapá, Mazagão, Itaubal e Pedra Branca do Amapari.

O contrato foi assinado no montante de R$ 646 mil. As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2017 e foram finalizadas em novembro de 2018, cuja implementação de recursos foram alocadas, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	**Valor – R$ mil**
Pessoal	209
Consultorias	9
Despesas de Campo	53
Outros Custos Diretos	126
Despesa Administrativa IEB-PORT3	71
Despesa Administrativa Raeffap-PORT3	115
Serviço Contador Raeffap-PORT3	39
Total	**622**

i) PORTICUS 4 - Contrato 068021 - Educação e Sustentabilidade: fortalecendo as estratégias de reprodução da agricultura familiar e dos extrativistas em territórios do entorno de EFAs no Amapá;

O projeto Educação e Sustentabilidade: fortalecendo as estratégias de reprodução da agricultura familiar e dos extrativistas em territórios do entorno de EFAs no Amapá, será desenvolvido pelo IEB em parceria com a Associação da Escola Família Agroecológica do Macacoari (AEFAM), localizada no Município de Itaubal e com a Associação da Escola Família Agroextrativista do Carvão (AEFAC), localizada no Município de Mazagão, ambas no Estado do Amapá. Possui como objetivo geral contribuir para que as associações das EFAS, organizações parceiras e famílias de seu entorno constituam-se enquanto sujeitos protagonistas na implantação de uma estratégia de desenvolvimento territorial com base na potencialização da cadeia produtiva do açaí. O público beneficiário da presente proposta que

envolve aproximadamente 1.000,00 pessoas, integrantes de famílias de agricultores e agricultoras familiares vinculados as duas Escolas Família.

As principais atividades estão relacionadas a processos de fortalecimento institucional das organizações sociais com vistas ao desenvolvimento da economia comunitária, tendo como base a cadeia de valor do açaí, as ações têm foco no fortalecimento do capital social, político e produtivo no território de incidência das Associações das escolas, de modo a garantir a existência sustentável no território.

As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2018 e serão finalizadas em novembro de 2019 e o contrato foi assinado no montante de R$ 746 mil e será desembolsado a partir do ano de 2019.

j) ALCOA - Projeto Saber é Poder!

Em final de 2017 o IEB recebeu convite do Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e do Instituto ALCOA para estruturar e implementar a primeira etapa de um programa de formação destinado a lideranças no território. Com isso, foi concebido um projeto para a Escola de Sustentabilidade de Juruti/PA (ESJ). A ESJ visa o investimento em conhecimentos, habilidades e atitudes sobre empreendedorismo, sustentabilidade e liderança. A principal questão social a ser trabalhada pela ESJ é o fortalecimento de capital humano local, a partir de uma escola livre que contribuirá com o desenvolvimento sustentável do município, através da oferta de cursos cuja finalidade será promover o empoderamento de líderes sociais dinamizadores, nos territórios locais. O contexto no qual as ações estão inseridas é no município de Juruti, localizado na região do Baixo-Amazonas, estado do Pará, o qual possui um grande projeto de mineração de bauxita instalado a uma década.

O contrato foi assinado em janeiro de 2017, com estimativa de encerramento em julho de 2019, cujo orçamento aprovado foi de R$ 450.000 mil, desembolsados conforme o quadro a seguir:

Ano	Valor R$ mil
2018	300
2019	150
Total	**450**

A implementação do projeto em 2018 está apresentada no quadro abaixo:

Descrição	Valor – R$
Coordenador do Projeto	50
Coordenador Pedagógico	64
Consultor Sênior	20
Apoio Administrativo e Logístico	19
Transporte Aéreo BLM-STM-BLM	29
Transporte Fluvial STM-JUR-STM	1
Alimentação	4
Hospedagem	7
Seminários, Reuniões e Eventos	19
Total	**213**

k) IJUS- Projeto Saber é Poder:

Em final de 2017 o IEB recebeu convite do Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e do Instituto ALCOA para estruturar e implementar a primeira etapa de um programa de formação destinado a lideranças no território. Com isso, foi concebido um projeto para a Escola de Sustentabilidade de Juruti/PA (ESJ). A ESJ visa o investimento em conhecimentos, habilidades e atitudes sobre empreendedorismo, sustentabilidade e liderança. A principal questão social a ser trabalhada pela ESJ é o fortalecimento de capital humano local, a partir de uma escola livre que contribuirá com o desenvolvimento sustentável do município, através da oferta de cursos cuja finalidade será promover o empoderamento de líderes sociais dinamizadores, nos territórios locais. O contexto no qual as ações estão inseridas é no município de Juruti, localizado na região do Baixo-Amazonas, estado do Pará, o qual possui um grande projeto de mineração de bauxita instalado a uma década.

Contrato foi assinado em janeiro de 2017 com orçamento de R$ 100.000 mil, desembolsados em 2018 e com estimativa de encerramento em julho de 2019. Em 2018 os valores implementados foram:

Descrição	Valor – R$ mil
Coordenador Pedagógico-IJUS	24
Consultor Sênior-IJUS	18
Apoio Administrativo e Logístico-IJUS	2
Material de consumo, Seminários, Reuniões e Eventos-IJUS	7
Total	**51**

l) MPF/HAIDAR - Gestão dos recursos financeiros da indenização a famílias afetadas pelo desastre ambiental provocado pelo naufrágio do Navio Haidar, em Barcarena, Pará;

A ação tem como objetivo realizar a gestão dos recursos financeiros referente ao Acordo Judicial n. 1003217-76.2018.4.01.3900 (https://pje1g.trf1.jus.br), mediante Termo de Cooperação firmado entre o IEB e os órgãos como a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Pará, o Ministério Público do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, o Município de Barcarena, a Procuradoria da União e a Procuradoria do Estado do Pará, o IEB é responsável pela gestão do montante financeiro superior a R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

O naufrágio ocorreu em outubro 2015 no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena, causando a morte de 5 mil bois vivos que estavam no navio e o vazamento de quase 700 toneladas de óleo combustível que se espalhou por praias e igarapés da região, deixando mau cheiro e risco de contaminação destes recursos hídricos da região.

Esta ação também contempla as seguintes atividades: mobilização e interlocução com lideranças locais de mais de 50 comunidades nos municípios de Abaetetuba e Barcarena; divulgação de informações às famílias afetadas; atendimento individual para o cadastro de dados pessoais e bancários de quase 7 mil famílias, com posterior pagamento de suas indenizações. Período de vigência de 06/02/2018 a 04/2019.

Os desembolsos do MPF Haidar no ano 2018, somam R$ 12.471 mil e a implementação do recurso está demonstrada no quadro abaixo:

Descrição	**Valor – R$ mil**
Repasses às famílias atingidas - Haidar Barcarena	8.015
Taxas Adm - Tac Haidar	34
Total	**8.049**

m) IMAZON - Estruturação e implantação de um programa de formação inicial e continuada (FIC) em restauração florestal na Amazônia);

O foco da atuação do IEB no projeto Floresta para Sempre desenvolvido pelo IMAZON nos municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópoplis e Capitão Poço é na estruturação e implementação do Programa de Formação Continuada em Restauração Florestal: Formar Restauração. Trata-se de um programa direcionado a lideranças e técnicos com atuação voltada à agricultura familiar. O projeto, que recebe apoio financeiro do Fundo Amazônia, iniciou em junho de 2018 e tem prazo de duração de 36 meses.

O contrato foi firmado no montante de R$ 750.000 mil, com desembolsos realizados em 2018 no total de R$ 263 mil, implementados conforme resumo abaixo:

Descrição	Valor – R$ mil
Consultoria longo prazo	97
Despesas diversas	1
Total	**98**

n) PMB - Fortalecimento organizacional e institucional de organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis em Belém;

Com o objetivo de realizar o Assessoramento a organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis contratada pela PMB para participar da primeira etapa da coleta seletiva, em vistas de contribuir com o seu fortalecimento organizacional e institucional, esta ação marca o início da atuação do IEB na área urbana. Projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), aprovado em setembro de 2015 até março 2017 no valor de R$ 448 mil.

Ano	Valor - R$ mil
2016	213
2017	51
Total	**264**

o) PNUD – Projeto BRA 11/021 – Capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão sócio produtiva;

O contrato teve como objetivo realizar a capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão Sócio produtiva de agroextrativistas de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia Brasileira.

O contrato assinado em 27 de janeiro de 2017, com prazo de implementação de 270 dias de implementação, foi aprovado no valor de R$ 1.180 mil. Os valores desembolsados no ano 2017 foram:

Ano	Valor - R$ mil
2017	1.180
Total	**1.180**

p) FUNBIO – Diagnóstico Socioambiental da Resex Renascer;

O contrato teve como objetivo elaborar o diagnóstico socioambiental da Reserva Extrativista Renascer em Prainha/PA.

O contrato assinado em 16 de maio de 2017, com prazo de implementação de 200 dias, foi aprovado no valor de R$ 131 mil. Os valores desembolsados no ano 2017, foram:

Ano	Valor - R$ mil
2017	131
Total	**131**

q) NORSK HYDRO BRASIL Ltda. Contrato No. 4600006398 – Assessoria para as atividades desenvolvidas pelo Fórum Intersetorial de Barcarena (FIB);

Contrato nº 4600006398 – Assessoria para as atividades desenvolvidas pelo Fórum Intersetorial de Barcarena (FIB). Incluindo os serviços discriminados no Regimento interno do FB. O contrato entra em vigor em julho 2017 e tem prazo de 24 meses. O valor estimado do contrato é de R$ 436.189.

Os valores desembolsados nos anos de 2017 e 2018, estão apresentados no quadro abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2017	40
2018	148
Total	**188**

r) GIZ – Prestação de Serviços Contrato 83263766 para Levantamento de Linha de Base dos Empreendimentos e Mercados Institucionais;

O Contrato no. 83263766 teve como objetivo realizar estudo sobre o estabelecimento de um conjunto de dados atuais que representam a linha de base para o projeto “Mercados Verdes e Consumo Sustentável” e que facilitam a identificação de medidas efetivas e eficazes para atingir os resultados esperados do projeto.

As atividades do contrato iniciaram em setembro de 2017 e finalizaram em março de 2018.

O contrato foi assinado no montante de R$ 98 mil, recebeu um aditivo e valores desembolsados estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2017	84
2018	51
Total	**135**

s) CEF-FSA – Mulheres Marajoaras: Inclusão produtiva e sustentabilidade;

O projeto tem como objetivo o fortalecimento de experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável, de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres,

o que potencializa a diversificação produtiva da agricultura familiar, na medida em que estimula a descoberta de novos produtos e de novos usos dos produtos e costumes alimentares das comunidades tradicionais. Esta visão remete diretamente a uma situação na qual se fortalece a defesa e uso do território pelas populações que lá vivem, e à contribuição para a segurança alimentar.

As atividades do Projeto iniciaram em dezembro de 2017 e serão finalizadas em agosto de 2019. O contrato foi assinado no montante de R$ 200 mil e os valores desembolsados estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2017	50
2018	149
Total	**199**

t) USFS – Acordo número 17-IG-11132762-075 - Fortalecimento do Arranjo produtivo da madeira na Resex Verde para Sempre em Porto de Moz/PA);

O projeto tem como objetivo fortalecer as instituições locais para consolidar e promover o manejo florestal comunitário e familiar na RESEX. Os objetivos são: 1) estabelecer condições para que as comunidades da RESEX possam se engajar em vendas de madeiras justas, solidárias e transparentes sob uma governança comunitária eficaz, 2) apoiar o desenvolvimento e estruturação de novas cooperativas envolvidas no manejo florestal, 3) prestar apoio técnico a associações e cooperativas comunitárias, contando com pessoal especializado próprio ou consultores externos contratados, 4) apoiar o desenvolvimento de um programa de treinamento para fortalecimento institucional e organizacional que estará disponível para uso futuro pelos funcionários do ICMBio, 5) participar das atividades da rede de cadeias de valor sustentável e contribuir para o desenho de estratégias de fortalecimento institucional e organizacional para a cadeia de valor do açaí na Amazônia brasileira, 6) participar de atividades de fortalecimento institucional relacionadas às cadeias de valor da castanha-do-brasil nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.

O contrato foi assinado em novembro 2016 no valor de US $ 96.012.

O início das atividades foi em 1º de novembro de 2016 e o término em dezembro de 2017.

Ano	Valor - R$ mil
2017	241
2018	63
Total	**304**

A implementação e as despesas incorridas no período foram:

Descrição	Valor - R$ mil
1. Duas (02) reuniões de planejamento estratégico realizadas com o CDS (Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz), para assegurar o contínuo e fortalecido debate sobre todos os aspectos do manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Verde para Sempre.	36
2. Assistência técnica em questões contábeis, gerenciais e regulatórias relacionadas à comercialização de madeira para as 6 organizações comunitárias (uma associação e uma cooperativa) para consolidar contratos de comercialização de madeira para a safra 2016/17.	143
3. Consolidar um arranjo de comercialização para a safra 2017, considerando a criação e operação de uma rede cooperativa para cinco comunidades e uma cooperativa individual para a comunidade do Itapeau.	44
4. Fortalecimento institucional para o CDS (incluindo o apoio a uma engenheira florestal na equipe do CDS)	81
TOTAL	**304**

u) USFS – Primeiro Termo Aditivo ao Acordo número 17-IG-11132762-075;

Esta modificação do acordo é para assegurar recursos para a promoção de treinamento e suporte técnico para associações e cooperativas comunitárias na governança e gestão social e financeira da produção e comercialização de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para beneficiar a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira. Recursos somam US 378,809 e a assinatura do contrato foi em abril de 2017.

Os desembolsos estão demonstrados no quadro abaixo e a totalidade dos recursos foi utilizada na implementação das ações conforme resumo seguinte:

Ano	Valor - R$ mil
2017	898
2018	318
Total	**1.216**

As rubricas detalhadas por linha orçamentária são compostas por:

Rubricas do orçamento	2017	2018	Total
Administrative costs associated with project activities-USFSBSB2	48	54	102
Logistics and Administration Staff-full time (14 months)-USFSBSB2	62	20	82
Network workshops-USFSBSB2	106	64	170
Other training event costs (materials and supplies)-USFSBSB2	9	19	28
Program Assistant -part time (7 months)-USFSBSB2	72	11	83
Program Manager -full time (14 months)-USFSBSB2	131	67	198
Short term training-USFSBSB2	21	15	36
Technical Assistance-USFSBSB2	18	11	29
Training events per diems (lodging and food)-USFSBSB2	176	105	281
Travel costs-USFSBSB2	207	-	207
Total	**850**	**366**	**1.216**

v) USFS - Segundo Termo Aditivo ao Acordo número 17-IG-11132762-075;

Em abril de 2018 foi aprovado o Termo Aditivo 2, no valor de US$ 585,048 que tem como objetivos: 1) consolidar o progresso feito com o manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Verde para Sempre, onde as associações comunitárias ainda exigem um fortalecimento institucional significativo; 2) transformar a rede informal estabelecida por meio do programa de capacitação da cadeia de valor da castanha (FORMAR Castanha) em uma rede mais formal e permanente de partes interessadas; 3) aplicar o formato de sucesso do programa de fortalecimento de capacidades FORMAR Castanha à cadeia de valor do açaí; e 4) apoiar o USFS e o ICMBio na concepção e gestão de quatro a seis pequenas doações em apoio a iniciativas de produção e processamento de açaí baseadas na comunidade.

Descrição do Orçamento do Aditivo 2

Pessoal (funcionários, consultores, moderadores de oficinas e instrutores)	$ 130,533
Viagem por 5 cursos, 3 oficinas e 14 reuniões da comunidade	$ 295,739
Suprimentos relacionados a eventos de treinamento	$ 3,590
Outro: locação de espaço e transporte terrestre para oficinas	$ 2,000
Outros: pequenos subsídios para as comunidades	$ 100,000
Custos administrativos associados às atividades do projeto	$ 53,186
Total	**$ 585,048**

Os recursos utilizados no ano 2018 estão demonstrados no resumo abaixo:

Descrição	Valor - R$ mil
Value Chains-IEB	246
Value Chains-Bel	37
Capacity Building-Bel	143
Value Chains-SF	54
Capacity Building-SF	1
Indirect Cost @ 10%	36
Total	**516**

Os desembolsos estão planejados no quadro abaixo e os recursos utilizados no ano 2018 estão demonstrados no resumo seguinte:

Ano	Valor - R$ mil
2018	739
2019	1.000
2020	396
Total	**2.135**

w) GIZ – GITEC – Prestação de Serviços de Consultoria para os projetos: "Direito Fundiário na Amazônia - Terra Legal" No. 81202542 e "Cadastro Ambiental Rural – Gestão de Terras e Ambiente" no. 8120797

Os recursos são destinados a contratação de serviços de consultoria para os projetos: "Direito Fundiário na Amazônia - Terra Legal" N°. 81202542 e "Cadastro Ambiental Rural – Gestão de Terras e Ambiente "no. 8120797. A vigência do contrato é de 38 meses, iniciando-se em 1° de janeiro de 2017 a 29 de fevereiro de 2020, os recursos previstos somam EUR $ 225.000. Em 2018 projeto recebeu aditivo de euros $ 12,760. Os desembolsos previstos estão como no quadro abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2017	337
2018	433
2019	425
Total	**1.195**

x) GIZ ATER MAIS GESTÃO - Contrato 83257928 – Prestação de serviços de consultoria para adequar metodologia para novos instrumentos de ATER;

Contrato 83257928 – Prestação de serviços de consultoria para adequar metodologia para novos instrumentos de ATER para organizações econômicas da Agricultura Familiar no âmbito do ATER Mais Gestão.

O contrato foi assinado em junho de 2017 para ser implementado até junho de 2018.

Os desembolsos previstos estão como no quadro abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2017	43
2018	158
Total	**201**

y) Nature and Culture International (NCI);

Sistemas de drenagens altamente importantes para aumentar a cobertura da área protegida e de reservas públicas e privadas para a diversidade biológica e cultural nas áreas rurais do Brasil - HIDDRA-Br. O projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento, e implementação de Áreas Protegidas em ecossistemas-chave, ao mesmo tempo aumenta os meios de subsistência locais no Brasil “rural".

Os fundos do NCI são para apoiar atividades e outras organizações que promovem a criação de áreas protegidas e outras atividades que facilitam sua existência, isso se refere a incentivos econômicos, marcos legais, envolvimento da comunidade, planos de manejo, conscientização pública e capacitação, nos principais ecossistemas brasileiros e nas principais bacias hidrográficas. As atividades do projeto iniciaram em fevereiro de 2016.

O contrato foi assinado no valor de R$ 2.134 mil para 3 anos de projeto.

Em 2018 foi assinado novo termo para implementação de US$ 150,000 (cento e cinquenta mil dólares).

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo conciliado do projeto NCI era de R$ 279 mil.

Os recursos previstos no contrato foram desembolsados como no quadro abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2016	1.032
2017	1.155
2018	191
Total	**2.378**

Os recursos implementados pelo projeto NCI estão demonstrados no resumo abaixo:

Rubricas Projeto NCI	2017	2018	Total
Assistente Admin-NCI	16	27	43
Bioma Consultoria-NCI	66	48	114
CIR-NCI	95	72	167
Comunicação-Divulgação-NCI	10	18	28
Diárias, despesas bancárias e com telefone - NCI	1	1	2
Fundação Mais Cerrado-NCI	33	8	41
Hospedagem-NCI	6	2	8
IHP-NCI	40	14	54
Infraestrutura Institucional-NCI	23	21	44
Instituto Cerrado Socioambiental-NCI	15	10	25
Materiais de reforma e construção-NCI	1	-	1
Mudança IEB-NCI	5	-	5
Neotropica-NCI	119	-	119
Outras despesas de viagem-NCI	41	37	78
Passagem aérea-NCI	33	14	47
Reinaldo Lourival-NCI	234	247	481
Reserva da Biosfera do Cerrado-NCI	-	26	26
Taxa Administrativa-NCI	119	-	119
Terra Brasilis-NCI	40	-	40
UCs Pantanal-NCI	-	4	4
Total	**898**	**548**	**1.446**

z) CI-CEPF-Critical Ecosystem Partneship Fund;

Equipe de Implementação Regional – Projeto Cerrado – Código 66262

Refere-se a uma Equipe de Implementação Regional estruturada para fornecer liderança estratégica e coordenar o investimento do CEPF no Hotspot do Cerrado. Para apoiar a implementação de investimento do Fundo de Parceria de Ecossistemas Críticos (CEPF) de US $ 8 milhões entre 2016 e 2021, bem como contribuir para a mobilização de outros fundos e o envolvimento de outras partes interessadas na integração de preocupações ecológicas e sociais sobre o Ponto Cerrado Políticas públicas e práticas privadas. O Hotspot do Cerrado, que cobre mais de 2 milhões de km2 no centro do Brasil e pequenas partes da Bolívia e Paraguai, é o terceiro maior entre um total de 35 pontos hotspots globais. Além de ser uma das regiões de savana tropical biologicamente mais ricas do mundo, ela também tem grande importância tanto para a segurança regional da água como para as emissões de carbono. As águas superficiais e as chuvas em grande parte da América do Sul dependem do Cerrado. As taxas anuais de desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa são mais altas do que na Amazônia. Muitas comunidades dependem de seus recursos naturais e compartilham o conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

O CEPF é uma iniciativa de financiamento colaborativo da *Agence Française de Développemen*t (AFD), *Conservation* International (CI), União Européia (UE), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Governo do Japão. O objetivo é a conservação das áreas mais ameaçadas de biodiversidade da Terra.

O contrato da equipe de implementação do Cerrado está aprovado no valor de R$ 3.600 mil para o período 2016 até 2021.

O contrato dos pequenos apoios está estimado em R$ 2.216 mil.

Os recursos dos pequenos apoios e da equipe de implementação estão assim demonstrados:

Ano	Valor - R$
2016	1.132
2017	613
2018	579
2019	1.894
2020	1.000
2021	598
Total	**5.816**

Despesas do CEPF-RIT e *Small* Grant do Ano 2017 estão informadas no quadro abaixo:

Resumo Despesas-CEPF RIT E SG-2017	**Valor - R$ mil**
Salaries/Benefits	350
Professional Services	119
Rent and Storage	12
Telecommunications	3
Supplies	7
Furniture and Equipment	7
Travel	14
Meetings and Special Events	21
Miscellaneous	2
Sub-Grants	122
Management Support Costs	53
Total	**710**

As despesas do CEPF-RIT e Small Grant do Ano 2018, no montante de R$ 1.259 mil, estão informadas no quadro abaixo:

Descrição	**Valor - R$ mil**
Salaries/Benefits	442
Professional Services	105
Rent and Storage	4
Telecommunications	1
Supplies	4
Furniture and Equipment	-
Travel	38
Meetings and Special Events	2
Miscellaneous	6
Sub-Grants	602
Management Support Costs	55
Total	**1.259**

aa) Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas

Contrato 5.799.715.0001 no valor total até R$ 11.448 mil e prazo de 42 meses; Comunidades indígenas apurinãs das TIs da Bacia do Rio Purus e comunidades Kagwahiwa da Bacia do Rio Madeira, situadas ao Sul do Amazonas. O projeto compreende atividades em oito Terras Indígenas, envolvendo, no total, 1.095169 ha e 2.179 habitantes. O objetivo é apoiar (i) a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental no Sul do Amazonas, nas Bacias dos Rios Purus e Madeira, e a (ii) elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígena na Bacia do Rio Madeira no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

As despesas incorridas no ano de 2017, referente ao projeto BNDES totalizaram o montante de R$ 2.659 mil.

Descrição	**Valor- R$ mil**
Consultorias e serviços de técnicos especializados	113
Despesas administrativas	8
Insumos	107
Logística	886
Máquinas equipamentos e outros bens	580
Recursos Humanos	819
Serviço de Apoio	146
Total	**2.659**

As atividades do projeto iniciaram em janeiro de 2017. Os desembolsos estão previstos como a seguir:

Ano	Valor - R$ mil
2017	5.006
2018	2.763
2019	2.763
2020	916
Total	**11.448**

No ano de 2017 foram realizadas ações de fortalecimento das associações indígenas por meio de reuniões, investimento em infraestrutura (computador, embarcações, GPS, etc.), cursos de formação em proteção territorial, elaboração de diagnósticos do potencial da produção agroextrativista, pesquisa de mercado e rotas de escoamento da produção, assistência técnica e extensão rural (ATER), monitoramento do avanço do desmatamento nas Terras Indígenas. No tocante à gestão do projeto foi realizado um seminário para a formação da equipe de campo contratada com o objetivo de apresentar as abordagens metodológicas utilizadas pelo IEB, políticas e procedimentos administrativos financeiros, além de princípios básicos da atuação indigenista. A execução das atividades ocorreu, principalmente, a partir de fevereiro quando houve o primeiro desembolso de recursos.

A receita do ano 2017 e 2018 do projeto está apresentada no quadro abaixo:

Data	Valor - R$ mil
14/02/2017	2.298
22/12/2017	2.258
28/11/2018	2.206
Total	**6.762**

Segundo informado anteriormente o projeto apresentou sua 1ª prestação de contas referente ao período de janeiro a setembro de 2017, totalizam o montante de R$ 1.971 mil, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição - Prestação de Contas - Projeto BNDES	Valor - R$ mil
Consultorias e serviços de técnicos especializados	82
Despesas administrativas	3
Insumos	36
Logística	581
Máquinas equipamentos e outros bens	487
Recursos Humanos	694
Serviço de Apoio	88
Total	**1.971**

No ano de 2018 foram realizadas duas reuniões com 6 associações indígenas para Avaliação, Monitoramento, Planejamento e Sistematização das atividades para acompanhamento de cada associação. Infraestrutura das associações com planos de comunicação e aquisição de

embarcações. Ações de controle e proteção ambiental com formação continuada em proteção e excursões de vigilância. Ações de gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos. Assistência técnica e extensão rural (ATER) indígena e formação continuada de 70 agentes ambientais em boas práticas de manejo e comercialização de produtos do sócio biodiversidade. Infraestrutura de boas práticas de manejo de produtos indígenas nas Terras Indígenas Km 124, Boca do Acre, Inari/Água Preta e Caititu [25 mesas de secagem artesanais na TI Caititu, 3 barracões de armazenamento de castanha (TIs Água Preta/Inari, KM 124 e Boca do Acre) e kit de equipamentos para produção e beneficiamento de artesanato indígena (nas 4 TIs)]. E a III excursão de Diagnóstico de etnomapeamento da TI tenharim do Igarapé Preto e 1 Oficina de redação participativa do etnomapeamento da TI Tenharim do Igarapé Preto.

O relatório financeiro está de acordo com as condições do referido contrato. Os fundos disponibilizados foram gastos conforme o estipulado no contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável nº 16.2.0654.1 e no orçamento aprovado pelo BNDES/FAM e foram lançados na conta específica do projeto.

Os relatórios financeiros mostram as despesas classificadas segundo as atividades e rubricas do orçamento, conforme o modelo requerido. A contabilidade está preparada de acordo com o regime de competência. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registro (por exemplo, balancete, contas apresentadas no razão geral e respectivas subcontas, entre outros). As despesas do relatório financeiro foram realizadas (“realidade”), estão certas (“exatidão”) e são elegíveis.

As despesas incorridas no ano de 2018, referente ao projeto BNDES totalizam o montante de R$ 2.495 mil.

Descrição	**Valor - R$ mil**
Consultorias e serviços e serviços técnicos especializados	160
Despesas administrativas	35
Insumos	168
Logística	700
Máquinas, equipamentos e outros bens	175
Obras civis e instalação	53
Recursos humanos	989
Serviços de apoio	215
Total	**2.495**

As despesas incorridas no projeto entre os anos de 2017 e de 2018, totalizam o montante de R$ 5.155 mil, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	Valor- R$ mil
Consultorias e serviços e serviços técnicos especializados	273
Despesas administrativas	43
Insumos	276
Logística	1.586
Máquinas, equipamentos e outros bens	755
Obras civis e instalação	53
Recursos humanos	1.808
Serviços de apoio	361
Total	**5.155**

As prestações de contas apresentadas ao BNDES referente às despesas incorridas no projeto entre os anos de 2017 e de 2018, totalizam o montante de R$ 5.063 mil, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	Valor- R$ mil
Consultorias e serviços e serviços técnicos especializados	393
Despesas administrativas	79
Insumos	158
Logística	1.634
Máquinas, equipamentos e outros bens	661
Obras civis e instalação	26
Recursos humanos	1.812
Serviços de apoio	300
Total	**5.063**

Pela análise das despesas realizadas pelo projeto e valores das prestações de contas submetidas, verificou-se que o valor R$ 92.450 (noventa e dois mil quatrocentos e cinquenta reais), referente a aquisição de Barcos, ficou pendente de prestar contas ao Fundo Amazônia. Este ajuste, e outros de pequeno valor entre rubricas, serão encaminhados ao Fundo na próxima prestação de contas para a conciliação dos valores das despesas efetuadas com os respectivos valores apresentados no relatório de prestação de contas do período janeiro 2017 até dezembro 2018.

bb) Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas - Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Recursos da USAID

O objetivo geral do projeto é implementar a PNGATI em suas múltiplas dimensões, com organizações indígenas fortalecidas, juntamente com os seus parceiros governamentais e da sociedade civil. Compreende um Programa de Pequenos Projetos para implementação da PNGATI na região, em parceria com associações indígenas locais. Os projetos permitirão a essas organizações indígenas avançar com o difícil processo de implementação da PNGATI em cada um dos seus sete focos temáticos.

O projeto também tem um componente de apoio a gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação, apoio a cadeias produtivas e implementação de ações previstas em Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA`s).

O projeto USAID PNGATI foi auditado no Ano 1 e no Ano 2 de implementação. Os valores implementados foram de R$ 3.170 mil (2017) e de R$ 3.028 mil (2018), respectivamente.

O relatório de auditoria de 2017 foi aprovado pela USAID e de 2018 foi submetido à aprovação da USAID. As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2016. Os desembolsos foram previstos como a seguir:

Ano	Valor em R$
2016	360
2017	2.816
2018	3.133
2019	1.943
Total	**8.252**

cc) Projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR – O objeto do contrato é a implementação conjunta (consórcio GFA/IEB/Serfal) do projeto Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado com recursos da Comunidade Europeia;

O objeto deste contrato é a implementação conjunta do projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR: Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado pela Comissão Europeia. O valor máximo do contrato é de 2,958,880 EUR com duração de 48 meses.

As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2017. Os desembolsos podem estar previstos como a seguir:

Ano	Valor - R$ mil
2017	11
2018	623
2019	377
2020	1.370
2021	1.700
Total	**4.081**

O resumo de despesas do ano de 2018 está apresentado no quadro abaixo:

Descrição	Valor – R$ mil
Key Expert-Accommodation-GFA-Bkacct	5
Key Expert-Flight-GFA-Bkacct	24
Non Key Expert-GFA	214
Non Key Expert-Per diem-GFA-Bkacct	3
Non Key Expert-Flight GFA-Bkacct	15
Administrative Assistant-GFA-IEB	66
Project Manager-GFA-IEB	100
Transport in Brasilia-GFA-Bkacct	2
Phone+internet-GFA-Bkacct	2
Office supply-GFA-Bkacct	29
Equipment-GFA-Bkacct	10
Flight IEB-GFA-IEB	1
Workshop and Meetings-GFA-Bkacct	1
Total	**472**

dd) BMZ 2009 65 616 - Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas – 8 Milhões de Euros – Processo: 08620.000794/2017-72. Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos do KfW.

Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IEB. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a FUNAI e o IEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos não reembolsáveis do Governo Alemão por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento, KfW, com sede em Frankfurt am Main, Alemanha (KfW).

O contrato foi assinado em 19 de dezembro de 2017 e os desembolsos incorridos no projeto no ano 2018 referente a primeira parcela foi no valor de R$ 223.799.

‘ **Contrato GIZ número 81230035 Projeto no. 13.2077.9-002.00**

Para desenvolver o projeto Proteção e Gestão Sustentável de Terras Indígenas na Amazônia Legal Fortalecendo os Instrumentos de Governança e Instâncias da PNGATI.Este projeto de cooperação técnica em parceria com FUNAI e GIZ foi contratado em agosto de 2018, tem validade até 31 de março 2020.

O objetivo é contribuir com o desenvolvimento organizacional do órgão indigenista federal e das instâncias de governança da PNGATI, por meio de formação e assessoria continuadas de atores chaves que compõem as instituições de governo e das organizações indígenas.

Em 2018, foram realizadas 05 reuniões de planejamento e articulação com parceiros locais (FUNAI e organizações indígenas) e com a FUNAI (Diretoria de Gestão) para construir de forma participativa o programa de formação dos servidores e indígenas em planejamento estratégico. Foram definidas, nessas reuniões, os objetivos e conteúdos assim como a abordagem metodológica a ser utilizada no processo formativo. O orçamento aprovado se apresenta no quadro abaixo:

Orçamento	**Em euros $**
1. Equipe	303
2. Peritos externos / consultor	78
3. Custos de Transporte / Viagem	54
4. Custos de formação	86
5. Aquisição de bens	11
6. Outros custos / Consumíveis	4
5. Custos de Administração (12%)	64
Total	**600**

O orçamento para o período de 2 anos é de R$ 2.221 mil, conforme descrito abaixo.

Orçamento para 2 anos	**Valor - R$ mil**
1. Equipe	1.120
2. Peritos externos / consultor	287
3. Custos de Transporte / Viagem	202
4. Custos de formação	317
5. Aquisição de bens	43
6. Outros custos / Consumíveis	14
5. Custos de Administração (12%)	238
Total	**2.221**

Os desembolsos estão previstos no quadro abaixo:

Ano	**Valor - R$ mil**
2018	827
2019	885
2020	510
Total	**2.222**

As despesas das ações desenvolvidas em 2018 estão resumidas no quadro abaixo:

Despesas em 2018	Valor - R$ mil
1. Equipe	121
2. Peritos externos / consultor	6
3. Custos de Transporte / Viagem	19
4. Custos de formação	63
5. Aquisição de bens	39
6. Outros custos / Consumíveis	-
5. Custos de Administração (12%)	1
Total	**249**

ee) Contrato RUMO/IEB

Para Implementação do Programa Continuado de Formação de Agentes Ambientais Indígenas Guarani aprovado em 2018, com previsão de 24 meses de duração e Orçamento conforme quadro abaixo:

Resumo do orçamento	Valor – R$ mil
Recursos Humanos	570
Equipamentos	76
Material de Consumo	3
Alimentação	127
Publicação	44
Logística	104
Subtotal	**924**
Taxas	**49**
Total	**973**

Os desembolsos previstos estão demonstrados no quadro abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2018	346
2019	626
Total	**972**

A implementação do projeto do ano 2018 está resumida no quadro abaixo:

Resumo do orçamento	Valor – R$ mil
Coordenação Pedagógica-RUMO	67
Coordenador Técnico-RUMO	49
Facilitadores (indígenas e não indígenas) - RUMO	9
Computador/Celular-RUMO	50
Treinamento/materiais-RUMO	62
Passagens aéreas-RUMO	21
Deslocamento-RUMO	43
Locação de carro-RUMO	4
Gasolina-RUMO	3
Hospedagem-RUMO	21
Taxas-RUMO	10
Total	**339**

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 3 de julho de 2018.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem destinação específica são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um.

Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores e por ser uma entidade sem fins lucrativos, o IEB goza da isenção de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o superávit apurado.

b) Ativo circulante e Não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

c) Ativo imobilizado e intangível

Segregados por: (i) Imobilizado sem restrição, composto por bens cuja posse e propriedade pertencem ao Instituto, demonstrado ao custo deduzido da depreciação de bens, a qual é calculada pelo método linear às taxas anuais mediante a aplicação das taxas mencionadas na nota 6, e; (ii) Imobilizado com restrição, cujos bens estão sob a posse do Instituto, mas, sua aplicação está vinculada às regras contratuais do doador/financiador e cuja propriedade será definida ao final do contrato, demonstrado pelo custo de aquisição e respectiva conta redutora de igual valor.

d) Passivo circulante e Não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

e) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

4. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Instituição mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

b) Derivativos

O Instituto não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2018 e de 2017.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração adota uma política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto. Os saldos registrados no disponível são segregados por: recursos sem restrição, relacionados a valores que o Instituto pode aplicar livremente em ações previstas em seus objetivos sociais, e; recursos com restrição, cuja aplicação está vinculada a regras contratuais e orçamentárias definidas pelos doadores/financiadores.

Recursos com restrição

Descrição	2018	2017
Bancos	1.413	1.412
Aplicações financeiras	7.618	3293
Total	**9.031**	**4.705**

Recursos sem restrição

Descrição	2018	2017
Caixa	15	16
Bancos	106	209
Aplicações financeiras	347	58
Total	**468**	**283**

Total Geral	**9.499**	**4.988**

6. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado sem restrição

Descrição	2018			2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	260	(203)	57	71	10%
Equipamentos de informática	426	(420)	6	21	20%
Móveis e utensílios	418	(397)	22	26	10%
Instalações	35	(34)	1	3	10%
Aplicativos para computadores (SO)	80	(69)	11	24	20%
Benfeitorias em bens de terceiros	26	(26)	-	-	10%
Total	**1.244**	**(1.148)**	**97**	**145**	

b) Imobilizado com restrição

Descrição	2018		
	Custo	Conta redutora	Líquido
Máquinas e equipamentos	2	(2)	-
Equipamentos de informática	11	(11)	-
Móveis e utensílios	3	(3)	-
Aplicativos para computadores (SO)	6	(6)	-
Total	**22**	**(22)**	**-**

c) Intangível

Descrição	2018			2017	Taxa anual amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Aplicativos para computadores	49	(49)	-	-	20%

7. Passivo Circulante

a) Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se a provisões para pagamento decorrentes de obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício e parcelamento de contribuições à previdência social, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2018	2017
Provisões para férias	141	123
Previdência Social	40	40
Provisões para encargos sobre férias	48	43
Imposto de renda retido na fonte	22	16
FGTS	17	11
ISS	5	7
PIS	1	1
Contribuições retidas na fonte	1	1
Salários	48	-
Total	**323**	**242**

b) Contas a pagar

Referem-se a obrigações que a entidade tem na liquidação financeira de gastos realizados, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo o saldo composto conforme demonstrado na tabela seguinte:

Contas a pagar	2018	2017
Serviços diversos	65	36
Telefone a pagar	3	3
Aluguel	7	4
Plano de saúde a pagar	1	-
Recursos de terceiros (*)	500	10
Total	**575**	**53**

(*) Este valor refere-se ao repasse do projeto de gestão dos recursos financeiros referente ao processo de indenização das famílias afetadas pelo desastre ambiental provocado pelo naufrágio do Navio Haidar, em Barcarena, Pará/PA, realizado pelo doador em duplicidade. Vide detalhamento na nota explicativa n° 1 “L”.

c) Adiantamento de doadores

Adiantamentos de doadores	2018	2017
MPF-HAIDAR-BARCARENA	4.303	-
BNDES-FUNDO AMAZONIA	1.719	1.969
GIZ	578	-
CLUA 3	532	-
MOORE GRANT AWARD 2078-04	382	945
NCI	279	623
RIT - SMALL GRANT	266	868
USFS MOD2-YEAR2018	224	-
PNUD-GATI	200	200
CEE-GFA	140	(11)
PROJETOS DIVERSOS	129	(56)
CEF MULHERES MARAJOARAS	78	50
KFW-FUNAI-GT	59	-
USAID-PNGATI	44	2
US FOREST SERVICE	-	71
HYDRO FIB 2	(6)	(190)
FUNBIO	(12)	(12)
HYDRO MAPEAMENTO	(24)	-
RIT CERRADO	(71)	6
FAO	-	157
PNUD-CAPAC-BOLSA VERDE	-	36
PORTICUS II-AMAPÁ	-	36
PORTICUS III-AMAPÁ	-	(24)
FUNBIO RESEX RENASCER	-	(46)
Fundação Moore	-	(60)
Total	**8.820**	**4.735**

Referem-se aos saldos dos recursos adiantados pelos doadores no âmbito dos projetos administrados pelo IEB e que serão utilizados em períodos seguintes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

8. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto no montante de R$ 236 mil, é constituído pelas contribuições dos seus associados, receitas financeiras do Instituto, doações, subvenções e legados, conforme previsto no Estatuto.

b) Superávit (déficit) do exercício

O saldo da conta refere-se somente ao déficit apurado no exercício no montante de R$ 184 mil. Após aprovação pela assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

9. Recursos de projetos com restrição

Recursos de projetos	Valor – R$ mil
GIZ	210
NCI	535
US FOREST SERVICE	413
CEPF-RIT-CERRADO	654
USAID-PNGATI	3.041
RIT-SMALL GRANT	603
PORTICUS II - AMAPÁ RAEFFAP - 2016_17	36
MOORE GRANT AWARD 2078-04	1.648
CEE-GFA	463
PORTICUS 3 - AMAPÁ RAEFFAP	622
CLUA 3	368
KFW-FUNAI-GT	165
USFS MOD2-YEAR2018	515
BNDES-FUNDO AMAZONIA	2.336
CEF MULHERES MARAJOARAS	109
PNUD-CAPAC-BOLSA VERDE	10
FUNBIO RESEX RENASCER	20
HYDRO FIB 2	136
HYDRO MAPEAMENTO	24
PD - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.205
MPF HAIDAR BARCARENA	7.871
Total	**20.984**

10. Custos e despesas operacionais com programas

10.1. Salários e benefícios

Descrição	2018	2017
13º Salário	88	-
Assistência Médica	208	165
Aviso Prévio/Indenizações	48	30
Consultoria longo prazo	2.408	2.300
Férias	103	56
FGTS	155	103
INSS	347	297
PIS	14	20
Estágio	30	9
Salários	1.195	1124
Vale Alimentação	171	137
Vale Transporte	1	4
Total	**4.768**	**4.245**

10.2. Consultoria e serviços

Descrição	2018	2017
Honorários de serviços contratados – PF	261	220
INSS parte empresa (2100)	52	41
Serviços de Auditoria	52	-
Serviços de contabilidade	74	69
Serviços de consultorias de projetos	-	9
Total	**439**	**339**

10.3. Despesas com viagens

Descrição	2018	2017
Alimentação	711	645
Aluguel de veículos	145	40
Combustível	353	233
Comunicações	46	2
Hospedagem	521	495
Passagens Aéreas	1.075	1.191
Passagens Terrestres	9	15
Passagens Fluviais	74	66
Seguro Viagem	35	25
Táxi	202	175
Traslado	140	263
Outras Custos com Viagens	10	32
Total	**3.321**	**3.182**

10.4. Despesas com programas

Descrição	2018	2017
Aluguel de equipamentos para eventos	41	17
Aluguel de recinto para eventos	30	184
Aluguel de veículos	42	48
Bens adquiridos para parceiros	187	239
Concessão de doação	7.424	213
Contratos – PJ	1.488	979
Divulgações de programas	8	8
Hospedagem e alimentação em eventos	173	45
Logística participação em eventos (transp. alim)	80	44
Material audiovisual para cursos e eventos	14	54
Material didático para eventos	81	38
Repasses parceiros	2.538	1.620
Taxas acadêmicas/registros/anuidades	2	-
Outras Despesas com Programas	64	727
Reprodução de vídeos	2	5
Publicações	-	21
Bolsas individuais	-	35
Bolsas institucionais	-	5
Devoluções de recursos de projetos	-	65
Serviços profissionais para eventos	-	5
Total	**12.174**	**4.352**

11. Custos e despesas operacionais administrativos

11.1. Salários e benefícios

Descrição	2018	2017
Consultoria longo prazo	380	254
Vale-transporte	60	-
Aviso Prévio/Indenizações	5	25
INSS	4	6
Assistência Médica	3	1
Vale-alimentação	1	-
Provisão de férias	-	100
Total	**453**	**386**

12. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de viagens para seus funcionários e consultores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Não há cobertura de seguro sobre os bens do ativo imobilizado, tendo em vista a política de riscos adotada pela entidade e o montante dos bens patrimoniais.

13. Tributos e contribuições

a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

b) PIS/COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

14. Contingências

O IEB não é parte ativa nem passiva em ações judiciais de natureza cível, trabalhista ou tributária.

15. Continuidade operacional

O **IEB** avalia que os cenários político e econômico atuais possibilitarão um maior comprometimento dos parceiros internacionais com o processo de preservação da Amazônia e defesa dos povos indígenas, demandando novas ações que exigirão a participação de entidades nacionais que atuam nessas áreas.

A aprovação em 2019 do novo projeto “Promoção do bem estar dos povos indígenas de Roraima”, junto à USAID, com orçamento total de USD 9,7 milhões para três anos, marca o retorno dos projetos de grande porte financiados pela agência, cuja parceria com o **IEB** iniciou-se em 2003.

A administração adota os melhores processos de controle de suas receitas e despesas e vem a cada ano promovendo melhorias para ajustar os procedimentos de controles orçamentários, garantindo a execução dos projetos dentro dos prazos e nos limites estabelecidos pelos seus financiadores.

Nos últimos 5 (cinco) anos o **IEB** obteve crescimento de seus projetos e, consequentemente, de suas receitas. Entre 2014 e 2018 foi verificado um aumento de receitas de 98%, refletindo o trabalho da instituição em solidificar suas parcerias e o reconhecimento de sua capacidade de gestão. A projeção de receitas dos projetos contratados de 2019 a 2023 ultrapassa R$ 60 milhões.

O déficit apurado em 2018 correspondeu a 0,83% do total de receitas do período. O **IEB** não tem passivos fiscais ou judiciais, bem como não tem dívidas vencidas para com fornecedores. Todos os passivos da instituição estão relacionados às atividades dos projetos e são liquidados na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo exigível do **IEB** totalizava R$ 898 mil contra R$ 9,5 milhões de saldo em caixa e equivalentes de caixa.

Diante das informações apresentadas, a administração do **IEB** tem segurança quanto à continuidade operacional de suas atividades pelos próximos anos.

Maria José Miranda Cabral Gontijo
Coordenadora Geral

André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-0189501/O-0 “S-DF"